



RECENSÃO

*The Internet and Democracy Building
in Lusophone African Countries,*
de Susana Salgado,
por José Pedro Zúquete

Análise Social, 215, I (2.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



SALGADO, Susana

The Internet and Democracy Building in Lusophone African Countries,
Surrey, Ashgate, 2014, 198 pp.

ISBN 9781409436577

José Pedro Zúquete

A teorização e o estudo do impacto (social, político e cultural) das novas tecnologias da informação e da comunicação, como a *internet*, não são tarefas fáceis porque o objeto de estudo está em fluxo, em movimento – interagindo sempre com a inovação, a novidade e a possibilidade de novos tipos de interação e práticas inovadoras entre os indivíduos, entre os indivíduos e o Estado, e entre os indivíduos e a sociedade. A relevância deste tema, numa sociedade cada vez mais dependente da tecnologia e do digital, quase se impõe por si só, e ele é naturalmente interdisciplinar – aberto quer às ciências sociais, como às comunicacionais e, claro, tecnológicas. E também por isso é um tema de fácil dispersão – ou seja, em que se torna difícil encontrar um foco de análise – porque, de facto, existem vários caminhos para abordar e ponderar este tema.

Esse perigo da dispersão não existe neste livro. Logo nas páginas iniciais, a autora descreve e delimita o seu objeto de estudo: o papel da *internet* na construção da democracia nos países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente através da sua influência nos *media* e no sistema político. A delimitação não invalida a ambição do projeto, até porque ele problematiza obviamente questões mais

gerais como a qualidade da democracia nesses países, ou a existência (pelo menos potencialmente) de sociedades civis autónomas e fortes. Os seis anos dedicados a esta investigação, e as inúmeras entrevistas com políticos, jornalistas e académicos, que dela resultaram, visaram compensar o obstáculo de uma informação deficitária e limitada. À inexistência de bases de dados, estudos de opinião, ou de trabalhos específicos sobre o tema, acrescentou-se a própria secundarização que a área geográfica da África lusófona ainda sofre na literatura académica internacional. Com a exceção da Guiné-Bissau – ausente neste estudo, presumivelmente devido à instabilidade dos últimos anos, que impossibilitou a investigação – este livro colmata uma ausência nos estudos da África contemporânea.

The Internet and Democracy Building in Lusophone African Countries divide-se em três partes. A primeira, teórica, as restantes mais empíricas e oferecendo um olhar mais detalhado sobre cada um dos quatro países em análise: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Questões mais gerais e contextuais – como a interligação entre os *media*, o desenvolvimento e a democratização – ocupam o grosso da primeira parte. A reter as seguintes ideias: a transição

para a democracia – e no caso da África subsariana isso é evidente – está longe de ser automática, e muitas vezes, no lugar da democracia plena, surgem regimes híbridos, com tendências autoritárias; de uma maneira geral o papel positivo dos *media* nos processos de democratização é reconhecido, embora possam também ser instrumentalizados para manipular as massas (o papel da rádio no genocídio do Ruanda, por exemplo, exacerbou uma situação já de si explosiva). Já o capítulo final da primeira parte aborda o papel da *internet* na democratização. Muitos estudos sobre este tópico tendem a cair em dois campos: balançam entre o tecno-otimismo (a máxima valorização das tecnologias de comunicação) e o tecno-pessimismo (a desvalorização desse papel revolucionário das tecnologias). A autora defende uma perspectiva mais equilibrada, em que o potencial democratizante da *internet* é sempre necessariamente condicionado pelo contexto (social, económico e político) em que ela se encontra inserida.

A segunda parte do livro foca a situação particular de cada um dos países envolvidos. Uma premissa fundamental: não obstante experiências históricas semelhantes, e a existência de uma mesma língua, a África lusófona não é monolítica, e a democratização nesses países obedece a ritmos próprios, diferenciados, e nesse sentido está a dar origem também a regimes díspares. Angola é apresentada como o exemplo de democratização menos bem-sucedido. A hegemonia do MPLA e da família de José Eduardo dos Santos, assim como

da elite que gravita à sua volta, faz do país um exemplo quase consumado de um “regime híbrido” (p. 66). E os *media*, com algumas exceções, contribuem para a manutenção deste regime, visto que a informação dos *media* do Estado, e dos *media* privados (detidos maioritariamente pela elite política e económica do regime), é controlada politicamente. O investimento angolano nos *media* portugueses é visto como a continuação desta estratégia de controlo e manipulação, que, neste caso, visa contribuir para promover uma imagem risonha do regime no exterior. Já em Moçambique, o panorama da democratização é mais favorável, embora ainda longe de ser considerado de sucesso. Os *media* do Estado estão alinhados com o partido do poder (a Frelimo), embora exista espaço para *media* independentes que, embora sobrevivam com dificuldade, asseguram um nível mínimo de pluralismo na informação. Esse maior “dinamismo” (p. 78) dos *media* moçambicanos refletiu-se também na proliferação de estações de rádio locais e comunitárias, assim como de jornais distribuídos por *fax* e *e-mail* (neutralizando assim os custos proibitivos da produção e circulação). Quanto a São Tomé e Príncipe, o estado dos *media* é de “subdesenvolvimento” (p. 92), e a inexistência de condições materiais e financeiras afeta a qualidade do jornalismo praticado nas ilhas, mal-preparado profissionalmente, com poucos leitores e vulnerável à autocensura (típica de meios pequenos e insulares), assim como à influência dos partidos do poder. Cabo Verde surge neste estudo

como a “jóia da coroa”, sendo considerado o “processo de democratização mais promissor” (p. 93) de todos os casos analisados. Contribui para isso a estabilidade do sistema político, e, no campo dos *media*, a legislação que assegura na prática a liberdade de expressão e de imprensa, e em geral a existência de maiores índices de liberdade e autonomia, com um grande dinamismo da iniciativa privada (no setor da rádio e dos jornais), embora os *media* cabo-verdianos tendam muitas vezes a servir de espelho-refletor da própria bipolarização do sistema político (dividido entre o PAIVC e o MPD), tornando assim mais invisíveis os pequenos partidos.

A terceira parte tem especificamente como objectivo descrever os usos e o impacto da *internet* – dos *media online* – na África lusófona, que, embora tenha níveis reduzidos de usuários, tem visto o seu número crescer nos últimos anos (também aqui Cabo Verde assume a dianteira). Assim, a prática do ciberjornalismo tem registado um grande aumento, o que é visto, de uma forma geral, como um fator positivo na democratização desses países, porque muitas vezes esses *media* servem como alternativa aos tradicionais. O facto de apresentarem maiores níveis de interatividade com os leitores fomenta e encoraja a participação cívica (p. 129), embora isso signifique igualmente que quanto mais sucesso os *media online* têm, maior é a tentação de as autoridades os controlarem. O ciberativismo – através da blogosfera, e das redes sociais – tem conhecido igualmente (com exceção de São Tomé

e Príncipe) um grande dinamismo. E também neste caso é de referir o seu papel no processo de democratização. Se a blogosfera muitas vezes assume um papel de vigilância e monitoramento dos poderes estabelecidos, às vezes de forma anónima, distribuindo informações e fomentando visões críticas – ampliando, na visão de muitos dos entrevistados, o pluralismo na sociedade – as redes sociais podem servir como catalisadores da mobilização coletiva. Para fazer face a isso (e no contexto da então chamada “Primavera Árabe”), o governo angolano aprovou uma lei que, *de facto*, criminalizava a convocação pela *internet* e através de *smartphones*, de protestos e demonstrações. Finalmente, a comunicação política dos partidos políticos da África lusófona também está presente *online* através de *websites*, e de páginas nas redes sociais como o *facebook*. Mas em termos de impacto e relevância – assim como de interatividade – esta presença na *internet* por parte destes partidos ainda é muito discreta, se comparada, por exemplo, com os *media* digitais.

As páginas finais recapitulam as principais conclusões do estudo. Neste sentido, a sua ilação maior, tendo em vista a intenção inicial de analisar o papel da *internet* na construção democrática, está presente na última página (p. 168): mais do que um “iniciador”, a *internet* é, acima de tudo, um “facilitador” em termos de mudanças sociais e políticas. A *internet* não é uma “varinha mágica”; têm de existir condições (as estruturas económicas e políticas) para que a “magia”, a democracia plena, aconteça.

A inclusão de imagens teria tornado mais apelativos os capítulos sobre a blogosfera, redes sociais e *websites*. A descrição às vezes revela-se árida, até por não poder nunca competir com o impacto do visual. Por vezes o estilo é repetitivo, e a mesma ideia aparece com frequência ao longo do livro. A ausência da Guiné-Bissau, como já foi dito, é compreensível, embora seja de referir que, desde a recente acalmia política, o novo governo guineense tenha feito um esforço para aprofundar a sua presença na *internet*. Refira-se uma incorreção: a “terceira onda da democratização”, enunciada por Samuel Huntington, não começou nos anos 90, como se refere no livro (p. 46),

mas em Portugal com a Revolução de 1974. Estas imperfeições, contudo, não afetam em nada a qualidade geral deste livro, que, no âmbito do estudo da África Lusófona, e de certa forma para além dela, é verdadeiramente pioneiro.

ZÚQUETE, J.P. (2015), *Recensão “The Internet and Democracy Building in Lusophone African Countries, Surrey, Ashgate, 2014.”* *Análise Social*, 215, L (2.º), pp. 454-457.

José Pedro Zúquete » jpzuquete@gmail.com »
 Universidade de Lisboa, ICS-UL » Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal.
